

SPAECE: Uma história em sintonia com avaliação educacional do Governo Federal

SPAECE: A story in harmony with educational assessment of Federal Government

Antônio Germano Magalhães Júnior¹
Maria Adalgiza de Farias²

Resumo

Este texto trata da constituição histórica do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará - SPAECE – focando sua relação com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB do final da década de 1970 até a atualidade. O objetivo é compreender como a avaliação educacional está configurada no cenário brasileiro e como ela veio se modificando e consolidando ao longo do tempo no Ceará. O referencial metodológico está fundamentado em técnicas da pesquisa documental, partindo de fontes primárias como: relatórios da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC; Relatórios do INEP sobre o SAEB, dentre outros. Constatou-se que o SPAECE se desenvolveu e se consolidou a partir de parcerias entre a SEDUC e instituições de Ensino Superior em sintonia com a experiência nacional do SAEB. Verificou-se que o SPAECE, sendo um modelo de avaliação externa em larga escala, tem a perspectiva de accountability como uma marca de sua constituição e, mais recentemente, a partir do ano de 2012 passa a adequar o ENEM às suas demandas, indicando as preocupações do governo com a inserção dos alunos no Ensino Superior.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. SPAECE. SAEB. ENEM.

Abstract

This text deals with the historical constitution of the Permanent System of Basic Education Evaluation in Ceará - SPAECE - focusing on its relationship with the Evaluation System of Basic Education – Saeb the late 1970s to the present. The goal was to understand how the

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará. Ministra aulas na graduação, especialização, Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação e Mestrado Profissional em Ensino de Saúde e Políticas Públicas. Avaliador ad hoc do MEC/INEP e Conselho de Educação do Estado do Ceará.

² Mestre em Educação, com foco em História e Avaliação Educacional (2015); Pedagoga e Técnica em Educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
Contato: giza28@gmail.com

educational evaluation is set in the Brazilian scenario and how it came to modifying and consolidating over time in Ceará. The theoretical and methodological framework is based on techniques of documentary starting from primary sources: reports of the Secretary of Education of the State of Ceará - SEDUC; Reports INEP about Saeb, among other. It was found that the SPAECE developed and consolidated through partnerships between SEDUC and institutions of higher education in line with the national experience of Saeb. It was found that the SPAECE, as model of external evaluation on a large scale has the prospect of accountability as a mark of its constitution and, more recently, from the year 2012 shall conform to their demands ENEM, indicating government concerns with the inclusion of students in Higher Education.

Keywords: Educational Evaluation. SPAECE. SAEB. ENEM.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de cunho documental que aborda, inicialmente, as primeiras iniciativas de avaliação educacional do Estado do Ceará pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), apresentando um histórico do percurso que antecedeu a institucionalização e consolidação da avaliação de seu sistema de ensino denominado, atualmente, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE).

Partimos dos primeiros registros sobre avaliação educacional documentados no âmbito da SEDUC, no final dos anos 70, para traçar uma sequência temporal dos seus desdobramentos ao longo dos anos. Nesse sentido, enfatizam-se os procedimentos metodológicos adotados apresentando reflexões extraídas dessas experiências que tornaram possível melhor qualificar os processos avaliativos de amplo aspecto no Estado do Ceará.

O artigo traz em seu corpo uma abordagem da avaliação educacional compreendida como uma necessidade, relacionando essa perspectiva com a ideia de qualidade da educação; em seguida, relata as primeiras experiências em avaliação educacional no estado do Ceará, ressaltando os antecedentes históricos dessas experiências e, por fim, aborda a constituição histórica do Sistema Permanente de Avaliação da Educação no Ceará – SPAECE, ressaltando seu intercruzamento com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e, mais recentemente, a partir de 2012 a aproximação com Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Um estudo desse caráter justifica-se pela contribuição em desvelar as especificidades que compõem a cultura escolar cearense e os fatores diretamente

relacionados que influenciaram, e ainda influenciam, no desenvolvimento e aprimoramento do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica até sua última edição em 2012; e também por ser um esforço no sentido de organizar e registrar informações importantes sobre a transformação desse processo ao longo dos anos.

Qualidade na educação: a avaliação educacional como uma necessidade

De forma ampla, o aprendizado do aluno pode ser definido como objetivo maior da escola. Aprendizado para os conteúdos necessários ao exercício da cidadania e ao desempenho de seus papéis, políticos sociais e econômicos, como se compreende pelos artigos do Título II da Constituição de 1988 que trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. Nessa perspectiva, a avaliação rompe com a concentração limitada de rendimento escolar e aparece com sua função ampliada a partir dos anos 1990 como forma de melhorar a qualidade da educação ofertada às crianças e jovens.

Ao considerar que a finalidade da educação expressa no Art. 205 da Constituição Federal visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, é possível afirmar que a gestão das políticas educacionais (responsáveis por garantir a oferta desse direito fundamental) deve ter como lócus de estudo o ambiente escolar, já que tais políticas se consolidam, em última instância, no cotidiano deste espaço.

Considerando essa perspectiva, a avaliação educacional se desenvolve em nosso país desde 1990 como uma orientação no sentido de instituir uma política nacional de avaliação explicitada através da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Curso (ENC), para o ensino superior.

Uma vez que a educação no Brasil passa a assumir o grande desafio proposto pela Constituição, é compreensível que a LDB 9394/96 destaque a avaliação educacional como uma área de múltiplos polos abraçando os sistemas, os cursos, as instruções, os currículos, os programas de ensino, os professores, as dimensões cognitivas e não cognitivas buscando romper com seus próprios limites.

A partir das informações relevantes sobre as avaliações aplicadas pelo SAEB e ENEM, verifica-se a necessidade do Estado conseguir aproximação do contexto escolar, de modo a compreender seus processos, visando reverter

experiências malsucedidas ou de valor inexistente em nível nacional e local para encontrar nos processos avaliativos o(s) meio(s) mais eficaz (es) para exercer mecanismos de controle e regulação sob a perspectiva de promover a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, a SEDUC assumiu desde 1992, através do SPAECE, o compromisso de conhecer e analisar as necessidades de aprendizagem consideradas básicas, tendo em vista a formulação e o monitoramento das ações educacionais para possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (alunos, professores, diretores, pais, técnicos especialistas e gestores) um acompanhamento efetivo dos resultados escolares que vêm sendo obtidos no ensino fundamental e médio.

Essa perspectiva em Avaliação Educacional fica configurada com clareza ao se considerar o relatório escrito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI oriundo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos que ocorreu em Jomtien na Tailândia no ano de 1990 (VIANA, 2003).

O Relatório da Conferência Mundial aponta caminhos para o desenvolvimento e sustentabilidade da educação do século XXI, a qual deve estar apoiada em quatro pilares: “aprender a ser, aprender a conviver, aprender a aprender e aprender a fazer” (DELORS, 1998). Os pilares deveriam embasar a construção do currículo escolar e permear o trabalho pedagógico da escola na busca de uma educação de “qualidade” tendo seus impactos sobre a política de formação docente e de gestores escolares ao longo do percurso histórico das últimas duas décadas.

É importante que se tenha clareza do que se chama “qualidade da educação” uma vez que o termo “qualidade” apresenta polissemia de significados e é bastante dinâmico, a depender do contexto social em que se processa. Conforme o pensamento de Rios (2001), a qualidade é totalizante, abrangente, multidimensional. Ela é social e historicamente determinada. Uma análise crítica da qualidade em educação deverá considerar os aspectos sociais a ela inerentes, articulando-os aos de ordem técnica e pedagógica e aos de caráter político e ideológico. Horta Neto (2006, p. 18) ao se referir à qualidade da educação, afirma que a qualidade trata-se de um conceito particularmente útil para o desenho e a avaliação das políticas públicas e acrescenta que o conceito de qualidade a ser utilizado deve ter características que permitam a sua mensuração. Concordamos que diante de um termo de sentidos múltiplos é importante estabelecer parâmetros, critérios que delimitem de que qualidade

se fala e que qualidade é pretendida em um programa educacional de qualquer ordem.

Essa preocupação com a Avaliação Educacional, como caminho para a construção da qualidade, está diretamente ligada à reflexão sobre o fato dos educandos estarem ou não aprendendo conteúdos relevantes para a sociedade contemporânea e desenvolvendo competências e habilidades consideradas necessárias às práticas sociais, à continuidade dos estudos e ao trabalho. Nesse sentido, as políticas de avaliação em larga escala objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país.

Uma retrospectiva histórica da avaliação da educação no Ceará: as primeiras experiências e a consolidação de um sistema próprio

Ao tratar das primeiras experiências em avaliação no Ceará, buscase discutir como a educação está configurada no cenário nacional e qual a relevância das atividades de avaliação educacional para a melhoria da qualidade da educação.

Em termos mundiais, o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliação, que começou nos Estados Unidos em fins dos anos 1960, expande-se para a Europa na década de 70 e nos anos 80 atinge a Ásia e a Oceania. Na década de 1990, em quase todos os países da América Latina foram criados sistemas nacionais de avaliação de aprendizagem, com destaque para Cuba, que realizou sua primeira avaliação em 1975, (Brasil, 1992).

Nessa compreensão, tomam-se como referência para o Brasil as perspectivas norte-americanas e inglesas que, segundo Vianna (2000 e 2003), tiveram seu processo visivelmente acelerado e subsidiaram a produção de autores nacionais nos anos 1960.

Embora a avaliação educacional nos Estados Unidos tenha uma tradição de quase dois séculos, Vianna (2000 e 2003) aponta sua relevância para desenvolvimento de novas estratégias de ensino neste país, em decorrência das grandes transformações estruturais pelo impacto advindo da Revolução Industrial a partir da década de 1960. Neste período, a avaliação teve um papel importante na crítica para a transformação da escola nos países de primeiro mundo pela necessidade de reorientação das práticas de ensino, da produção

de material pedagógicos que atendesse currículos e programas capazes de proporcionar um ensino de qualidade que fosse compatível com a vida moderna.

Face ao contexto internacional e numa retrospectiva sobre o longo caminho trilhado pela avaliação educacional no Brasil, Vianna (2000 e 2003) apresenta a transformação histórica da avaliação partindo das primeiras medições para levantar dados em educação em 1906 até chegar à construção do Sistema de Avaliação da Educação Básica em nosso país, o SAEB.

A partir da obra de Vianna (2003) e Pequeno (2000), compreende-se que a constituição do processo de avaliação educacional no Ceará esteve em sintonia com uma preocupação nacional – na esfera federal pelo Ministério da Educação, e na esfera estadual pela SEDUC. Paralelo aos esforços do governo federal e estadual. Os autores supracitados destacam diversas pesquisas nessa área, na qual se observa que, muito lentamente, delinearam o que viria a ser o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990 e SPAECE em 1992.

Assim como em outros estados da federação, no Ceará as primeiras pesquisas e estudos em avaliação educacional aconteceram em regime de colaboração com outras instituições, universidades, ou fundações públicas e privadas. Dentre os principais programas de avaliação desenvolvidos no Ceará estão: a) Avaliação da situação atual do Ensino Agrícola - 1978; b) Estudos avaliativos de programas em desenvolvimento no meio rural – Polonordeste - Sertões de Quixeramobim e Médio Jaguaribe - 1980; c) Avaliação do desempenho do professor na Utilização do Material de Ensino Aprendizagem Cartilha da Ana e do Zé - 1982; d) Avaliação da Educação Básica no Nordeste Brasileiro - EDURURAL (1981-1983-1985); e) Avaliação do Projeto de Desenvolvimento de Colônias de Pesca - Mundaú - Trairi - Ceará 1987.

Nos registros documentados pela SEDUC sobre seus programas de avaliação, destacam-se os estudos em regime de colaboração com a Universidade Federal do Ceará entre os anos 1970 e 1980 e com a Fundação Carlos Chagas. Esse material faz parte do acervo de relatórios de pesquisa de projetos especiais desenvolvidos pela equipe de pesquisa desta Secretaria no final da década de 1970. Ao analisar parte desse material, e com base em Pequeno (2000), pode-se observar que o resultado dessas investigações ficou restrito a um efeito pouco satisfatório quanto à tomada de decisões e reorientação da ação educacional, apesar dos esforços empreendidos e da importância desses estudos na época. Pequeno (2000, p.129) enfatiza que isso ocorreu “porque essas investigações eram muito mais orientadas para determinar fatores explicativos de uma dada

realidade do que, propriamente, para privilegiar a evolução dos fatos mais diretamente relacionados com a utilidade social”.

Dentre as experiências em avaliação educacional desenvolvidas no Ceará, pode-se observar o destaque para o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro (EDURURAL), o qual buscou coletar dados sobre o rendimento escolar dos estudantes que residiam nos municípios localizados em três Estados da região do Nordeste: Ceará, Pernambuco e Piauí. Quanto à estratégia de investigação do referido programa, verifica-se que concebido um levantamento inicial que possibilitou traçar o perfil da situação em estudo numa amostra de escolas localizadas nos municípios atendidos pelo programa. Gatti (1994 Apud Vianna 2003) ressalta a importância do EDURURAL por considerá-lo como primeiro esboço do que seria o SAEB.

O EDURURAL foi planejado em 1977, teve financiamento e apoio técnico do Banco Mundial e foi além da coleta de dados sobre o rendimento escolar dos estudantes. O programa buscou caracterizar a situação da educação básica, no meio rural, por meio do estudo de variáveis que permitissem identificar a escola, a professora, o aluno e sua situação familiar, e, ao mesmo tempo, servir de indicadores para o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo EDURURAL.

Ao descrever a importância do EDURURAL, Vianna (2003, p. 161) afirma que este programa esteve a cargo da Fundação Cearense de Pesquisa quanto aos estudos de aspectos institucionais. Teve parceria com a Fundação Carlos Chagas e “centrou suas atividades na avaliação do rendimento escolar” que “coletou dados nos anos de 1981, 1983 e 1985” por intermédio de provas de Português e Matemática aplicadas a crianças de 2ª e 4ª séries do Ensino Fundamental em 603 escolas rurais da região Nordeste que permitiram, além de dados sobre taxas de acesso à escola, verificar eficiências dos processos escolares.

A partir dos estudos realizados no âmbito das instituições que atuavam no programa EDURURAL, foi possível explicar as causas para o baixo rendimento das crianças nas duas áreas curriculares. A realidade encontrada foi caracterizada por Vianna (2003, p. 162) como “um quadro bastante dramático do Nordeste Rural, refletido pela situação igualmente trágica de seu ensino, que a avaliação revelou”.

Em 1987, com base nos estudos desenvolvidos com o EDURURAL, o MEC expandiu um amplo programa de avaliação de rendimento de alunos da rede pública em todo o território nacional por iniciativa do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em uma amostra que traduziu um seguimento do universo escolar em nível de 1º grau. Esse amplo programa teve seus desdobramentos com novas aplicações no ano seguinte de forma mais ampla e complexa envolvendo cidades do Estado do Paraná e do Rio Grande do Norte com o objetivo de testar novos instrumentos e procedimentos com vistas à sua aplicação em nível nacional como teste piloto. Tratava-se do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (Saep/MEC) que buscou identificar aspectos do currículo que não estavam sendo bem desenvolvidos no cotidiano escolar e, assim, não estavam sendo aprendidos adequadamente pelos alunos. Deste modo, pretendia verificar o desempenho em aspectos cognitivos básicos dos alunos como forma de subsidiar os professores em um trabalho de uma recuperação de seus alunos em aspectos fundamentais do currículo escolar para a formação dos mesmos. (Brasil, 1992).

O SAEP deu origem ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que teve seu primeiro levantamento realizado em 1991, efetivando-se o primeiro ciclo de aplicações de avaliações em larga escala em nível nacional, tido seu segundo ciclo aplicado em 1993, passando a acontecer a cada dois anos, (Brasil, 1992). Neste período, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi normatizado como órgão avaliador de todo o País que buscou fornecer às secretarias de Estado da Educação um conjunto de informações sobre as deficiências de aprendizagem escolar, criando também condições para que as secretarias tivessem uma efetiva participação nos assuntos pertinentes à avaliação do rendimento.

Em sintonia com uma preocupação nacional, as experiências da SEDUC após o primeiro ciclo de avaliações do SAEB se voltaram para a criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar em 1992, financiado pelo Governo do Estado do Ceará para alunos de 4ª e 8ª séries. Nessa época, a avaliação voltava-se apenas ao rendimento escolar com o objetivo de fomentar uma cultura avaliativa no Estado do Ceará com origem em um sistema permanente de avaliação. Essa vertente da avaliação no Estado do Ceará é ampliada em 1996, quando o referido sistema consolida-se e passa a se chamar Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará (SPAECE).

O SPAECE caracteriza-se como avaliação externa de larga escala e foi aplicado pela 1ª vez em 1994 em todas as escolas estaduais de Fortaleza com adesão voluntária das mesmas. As primeiras aplicações tiveram como base de definição dos conteúdos os Referenciais Curriculares Básicos (CRB/SEDUC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e os manuais de apoio de ensino

de jovens e adultos, livros do telensino. O objetivo principal era avaliar a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas do Estado do Ceará, mediante o desempenho dos alunos nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, nos finais do ensino fundamental e médio, resalta Pequeno (2000).

SPAECE: Uma história trilhada pelos caminhos do SAEB

A história da Avaliação Educacional, no Ceará, tem uma ligação direta com a história da avaliação educacional em âmbito nacional, haja vista que a implantação do Sistema de Avaliação Estadual segue a rota dos processos ocorridos na implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Tratam-se de duas histórias tão entrelaçadas em sua constituição que se torna inviável falar do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará – SPAECE, sem que não tenhamos que fazer menção ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

É certo que essa relação tem a ver diretamente com o contexto histórico vivenciado a partir dos anos 1990 quando a avaliação foi indicada como uma necessidade no tocante ao desenvolvimento da qualidade da educação. Uma preocupação que se difundiu em termos mundiais e que gerou acordos, compromissos que geraram obrigações e ações em termos de avaliação do desempenho dos estudantes pelo mundo afora.

Também é importante lembrar que a criação de um Sistema de Avaliação em larga escala não é algo simples. Segundo Vianna(2001, p. 94), é algo que “não se improvisa, exige experiência, juntamente com uma estrutura básica de funcionamento, controle gerencial e monitoramento que garantam a natureza do produto”. Assim, entendemos que a relação entre SPAECE e SAEB nasce também da necessidade inerente ao processo de implantação de um sistema de avaliação em larga escala que necessita ter bases sólidas, para que atinja seus objetivos e promova uma avaliação capaz de possibilitar às tomadas de decisão em relação às políticas públicas que se façam necessárias.

Desde a implantação do SAEB, o Ceará demonstrou interesse em analisar e considerar os indicadores do sistema avaliativo como instrumento de providências para a melhoria da qualidade da educação no estado. Segundo Lima (2007), já no Primeiro Ciclo do SAEB, em 1990, o Ceará se destacou por ter sido um dos poucos estados brasileiros que elaborou um relatório versando sobre dados específicos do Estado, tendo como base os dados do SAEB. Essa tarefa, a Secretaria de Educação Básica do Ceará – SEDUC, realizou em parceria

com a Universidade Federal do Ceará – UFC. À época, o SAEB avaliou uma amostra de 267 escolas em 37 municípios, contemplando 1.709 alunos da 1ª série, 1447 da 3ª série, 1605 da 5ª série, 110 da 7ª série, perfazendo um total de 5.871 alunos avaliados, além de ainda serem contemplados 751 professores e 151 gestores.

[...] Os resultados desta avaliação local revelaram que o Estado do Ceará, em relação aos indicadores educacionais, tinha três graves problemas a enfrentar: o acesso ao ensino básico e a sua universalização, a produtividade do sistema e a qualidade do rendimento escolar. (LIMA, 2007, p.119).

Esse fato gerou preocupação na Secretaria de Educação do Estado e impulsionou a implantação de um sistema próprio de avaliação da educação básica no Estado, capaz de dar respostas quanto aos caminhos a serem trilhados pela política educacional cearense. Buscando trilhar os caminhos do SAEB, o Estado do Ceará tem como marco de sua atuação no campo da avaliação educacional, na forma de avaliações externas em larga escala, o ano de 1992 (LIMA, 2007), dois anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, instituindo-se o processo de avaliação do seu sistema de educação, o qual, mais tarde, viria a ser denominado Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará – SPAECE. Vale ressaltar que isso se deu, ainda, logo após o Governo Federal divulgar os primeiros resultados do SAEB para todo o Brasil.

A institucionalização oficial do SPAECE se deu somente no ano 2000, através da portaria nº 101/00. Suas primeiras experiências foram, inicialmente, denominadas de “Avaliação do Rendimento Escolar dos alunos de 4ª e 8ª séries”, conforme aparece na apresentação feita pela então Secretária da Educação Básica Sofia Lerche Vieira, do Relatório sobre a avaliação, referente ao ano de 2004, quando foi feita uma retrospectiva da experiência cearense. No âmbito escolar, ficou conhecido como “Avaliação das Quartas e Oitavas” e, depois de algum tempo, também foi chamado de “Avaliação da Qualidade do Ensino”.

A experiência de 1992 avaliou uma amostra de 156 escolas estaduais e um total de 14.600 alunos, sendo 10.590 da 4ª série e 4.010 da 8ª série do Ensino Fundamental, dos turnos manhã e tarde, da cidade de Fortaleza. (VIEIRA in: CEARÁ, 2005). Esse fato fez do Ceará um dos estados da Federação pioneiros na criação de um sistema próprio de avaliação da Educação Básica.

No ano de 1993, através de parceria com o CETREDE/UFC, a SEDUC-CE realizou o segundo ciclo da avaliação do sistema educacional cearense.

Nessa etapa, houve uma preocupação acentuada em considerar outros elementos no processo avaliativo. Assim, a SEDUC procurou melhorar o conhecimento sobre as unidades escolares ao se apropriar de alguns indicadores e, em seguida, da construção de escalas de mensuração considerando os seguintes fatores: qualidade do ensino, produtividade do sistema e infraestrutura física. (CEARÁ, 1994, p.1).

Essa preocupação mais abrangente com os indicadores envolvidos na avaliação possibilitou a elaboração de um Índice de Qualidade da Escola que considerou o rendimento dos alunos e a conservação da estrutura física das escolas. Na edição de 1993, participaram a totalidade das escolas públicas estaduais urbanas dos municípios que sediavam as 14 Delegacias Regionais de Educação (DERE) que somavam um total de 246, sendo 152 localizadas na capital cearense e 94 sediadas no interior do estado. Os testes de 1993 foram aplicados para 16.605 alunos da 4ª série e 6.281 alunos da 8ª série, totalizando 22.886 alunos avaliados.

Nesse mesmo ano, a SEDUC, através da CETREDE / UFC, realizou a Avaliação das 4ª Séries das Escolas Públicas do Estado do Ceará, constituindo-se em uma das ações integrantes do segmento de gestão do II Projeto de Educação Básica para o Nordeste. O estudo objetivava “apurar e analisar os resultados da avaliação do rendimento escolar em Português e Matemática da 4ª série do 1º Grau das escolas públicas do Estado do Ceará e de dois questionários respondidos pelos professores” (Ceará, 1994, p.3). Esse fato denota a preocupação da SEDUC em realizar a avaliação de seu sistema de Ensino de forma abrangente, permeada por reflexões que pensassem o sistema como um todo e pudessem dar suporte à melhoria do processo de avaliação da educação básica.

A realização do estudo supramencionado ocorreu concomitante à realização do Segundo Ciclo do SAEB, o que denota, mais uma vez, a constante ligação da história desses dois sistemas de avaliação da educação básica. Mostrando que o Ceará, realmente, buscou trilhar os caminhos do SAEB e, através dessa experiência nacional, buscou qualificar o seu sistema próprio de avaliação com vistas a promover a melhoria do atendimento educacional no estado.

A amostra do SAEB de 1993, no estado do Ceará correspondeu a 1.285 alunos da rede estadual e 490 da rede municipal; 1.517 alunos da zona urbana e 258 da zona rural; 587 alunos da capital e 1.188 dos demais municípios. Em termos de instituições escolares, o SAEB de 1993 contemplou 73 escolas de 30 municípios cearenses.

No ano de 1994, ocorreu o terceiro ciclo do SPAECE. Nesse ano, a SEDUC teve a parceria da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) da UFC. À época, o SPAECE seguiu a mesma estrutura e abrangência ocorrida no ano de 1993. Foram avaliados 16.317 alunos da 4ª série e 5.495 alunos da 8ª série, sendo contemplados no total 21.812 alunos. Ao todo, 244 escolas situadas nos municípios sedes das DERE. Dessas 244, 150 situadas em Fortaleza e 94 no interior. Os alunos responderam a um total de 50 itens, sendo 25 de matemática e 25 de Língua Portuguesa.

No ano de 1995 não houve aplicação das avaliações do SPAECE, a SEDUC considerou por bem realizar a sua aplicação alternada com os ciclos do SAEB, ficando decidido que o SPAECE seria realizado apenas nos anos pares. O terceiro ciclo do SAEB, ocorrido no ano de 1995, avaliou, no Ceará, 7.600 alunos das escolas públicas e particulares nas 4ª e 8ª séries e 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, então denominado 2º grau.

Seguindo a lógica de se intercalar com os ciclos do SAEB, em 1996, o Ceará realizou o quarto ciclo do SPAECE. As avaliações foram desenvolvidas pela FCPC/UFC e esse ano foi marcado por um aumento significativo na abrangência do número de municípios contemplados. Até 1994, foram 14 municípios os quais situavam as DERE e em 1996, esse número passou para 27 municípios. Desse total, 21 sediavam os recém-criados Centros Regionais de Desenvolvimento Educacional em substituição às DERE; e 05 municípios integravam os que primeiro aderiram ao processo de municipalização do Ensino Fundamental que eram os municípios de Jucás, Maranguape, Fortim, Icapuí e Marco; bem como o município de Limoeiro do Norte que havia sediado uma DERE.

O ciclo de 1996 do SPAECE avaliou 17.576 alunos da 4ª série e 7.677 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental. Ao todo, foram avaliadas 327 escolas da rede estadual situadas na zona urbana. Vale dizer que além dos testes aplicados aos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, também foram acrescentados ao processo avaliativo três questionários contextuais: um questionário versando sobre o estado físico e condições gerais de funcionamento da escola; um destinado aos professores das disciplinas e séries avaliadas abordando o perfil do professor e de sua ação docente; e o outro destinado aos diretores, visando conhecer o perfil dos mesmos e o tipo de gestão escolar realizada por estes (CEARÁ, 1996).

Um fato importante que se deu em meio a esse processo de implantação e desenvolvimento do sistema de Avaliação da Educação Básica no Ceará, diz

respeito à implantação, em 1996, do Projeto de Avaliação Institucional nas escolas públicas, o qual seguia os mesmos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB: globalidade, Unidade, Respeito à identidade institucional, Não premiação e/ou não punição, Adesão voluntária, Legitimidade e Continuidade. (RISTOF, 1995 apud LIMA 2007). Ao longo desses anos, o processo de avaliação institucional tem feito parte da política de avaliação educacional no Ceará, a última versão desse processo ocorreu no ano de 2010 e todas as escolas da rede estadual participaram do processo.

No ano de 1997, o SAEB realizou o seu quarto ciclo e, no estado do Ceará, foram avaliados 13 municípios, 97 escolas e 9.543 alunos. Dando sequência ao processo de se intercalar com o SAEB, no ano de 1998, realizou-se o quinto ciclo das avaliações do SPAECE, novamente em parceria com FCPC/UFC. À época, a abrangência do SPAECE foi ampliada e foram contempladas 407 escolas de 61 municípios. Foram avaliados 25.704 alunos da 4ª série/2º ciclo e 14.006 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, totalizando 39.710 alunos avaliados. (LIMA, 2007).

No ano seguinte, 1999, ocorreu o quinto ciclo do SAEB. Nesse ciclo, a amostra do Ceará foi ampliada para 112 municípios, 346 escolas e um total de 16.862 alunos avaliados. Mais tarde, no ano 2000, os resultados divulgados pelo INEP mostram o Ceará numa situação favorável indicando que a média do Estado, em Língua Portuguesa estava no mesmo nível da média nacional em todas as séries avaliadas e em matemática, a média da 8ª série no estado também se equiparava à média nacional. Entre os estados do Nordeste, o Ceará apresentou os melhores resultados e se posicionou em primeiro lugar no *ranking* dessa região divulgado pelo INEP. (Ceará, 2001, p.40).

Considerando o percurso histórico feito pelo SPAECE, lado a lado com o SAEB, tendo sido o Ceará um dos estados pioneiros a demonstrar preocupação e pôr em prática políticas educacionais voltadas à avaliação da educação, de certo modo, justifica-se esse quadro apresentado em 2001 no tocante à equiparação das médias estaduais às médias nacionais levando em conta os indicadores do SAEB de 1999, divulgados no ano 2000.

O sexto ciclo de avaliações do SPAECE estava previsto para ocorrer em 2000 e seria financiado pelo Banco Mundial (BIRD). A previsão que, inclusive, foi divulgada para as escolas estipulava que todas as 756 escolas estaduais e 150.000 alunos, mais uma amostra de aproximadamente 50.000 alunos da rede municipal seriam avaliados nesse ciclo. No entanto, por questões burocráticas e

financeiras, os prazos previstos não foram cumpridos e o ciclo do ano 2000 não se concretizou. (LIMA, 2007).

Percebemos que, ao longo desse período histórico, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará vem se consolidando e ampliando sua abrangência, tanto no que se refere ao número de alunos e escolas avaliadas, quanto na adição de outros instrumentos, tais como: questionários contextuais a serem respondidos por alunos, professores e gestores, além dos processos de avaliação institucional que dão subsídios a um olhar mais profundo sobre a situação das escolas cearenses em todos os seus aspectos. Nesse processo histórico, a parceria entre o governo local e o governo nacional vem se consolidando. A respeito disso, Lima (2007) ressalta que, em dezembro de 2000, foi firmado um convênio de cooperação técnica entre a SEDUC e o INEP que visava integrar as ações do SPAECE e do SAEB o que proporcionou a realização de oficinas de elaboração de itens, bem como o acesso ao Banco Nacional de Itens (BNI).

Desde essa época até os dias atuais, a SEDUC passou a realizar com os professores de Língua Portuguesa e Matemática, oficinas de elaboração de itens, anualmente. Esses itens elaborados pelos docentes cearenses passaram a compor o banco de itens estadual do qual se extraem os itens que compõem as provas aplicadas aos alunos.

Essa tendência tem sido vivenciada também no âmbito das Coordenadorias Regionais do Desenvolvimento da Educação (CREDE) que, além de realizarem oficinas de itens, têm implantados processos avaliativos baseadas nas matrizes do SPAECE no intuito de diagnosticar fragilidades na aprendizagem dos alunos, nos primeiros meses de cada ano letivo, e realizar intervenções pedagógicas que visam preparar os alunos para as avaliações do SPAECE.

Nos anos de 2001, 2002 e 2003, o SPAECE foi realizado de maneira diferenciada, através de provas respondidas via internet, realizadas nos laboratórios escolares de informática e nos Núcleos Tecnologia Educacional (NTE) existentes até hoje nas sedes das CREDES. Essa ação foi denominada SPAECE-NET. Para a realização dessas avaliações foram montados polos de aplicação distribuídos entre escolas e CREDES. Nesse processo a SEDUC contou com algumas parcerias: Instituto de Software do Ceará (INSOFT); a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG); e o Laboratório de Estatística e Medidas Educacionais (LEME) pertencente à Universidade Federal do Ceará. (LIMA, 2007).

O ano de 2001 é representativo na história do SPAECE não somente pela implantação da sistemática de aplicação das avaliações com o uso da informática e da Internet, mas também pela mudança na forma de análise das provas que deixou de utilizar a Teoria Clássica dos Testes que considera a prova como um todo e passou a utilizar a Teoria de Resposta ao Item, que foca o desempenho dos alunos em cada item e a representatividade desse item dentro da escala de proficiência. A avaliação do desempenho, passou, então, a levar em conta a qualidade e não a quantidade dos acertos pelos alunos.

Com o passar dos anos, o SPAECE foi se estendendo a mais escolas, municípios e a uma maior quantidade de alunos avaliados. As avaliações começaram a abranger os 14 municípios que sediavam as antigas Delegacias Regionais de Educação – DERE, que, depois, passaram a se chamar Centros Regionais de Desenvolvimento Educacional - CREDE, passando para 21 municípios e, atualmente, são denominados Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Educacional – CREDE, compreendendo os seguintes municípios:

Somente no ano de 2003, o SPAECE passou a contemplar todos os municípios cearenses, a amostra foi de 28.557 de alunos de 8ª do Ensino Fundamental e de 3ª série do Ensino Médio. O ano de 2004 é marcado pelo fato do SPAECE passar a contemplar também o sistema municipal de ensino. Nesse ano, a avaliação contemplou 2.631 escolas da rede pública estadual e municipal, avaliando 187.577 alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, sendo 72.812 da rede estadual e 114.765 da rede municipal. Nesse ano, foram aplicados os chamados questionários contextuais para 2.744 diretores e 11.063 professores das respectivas séries e escolas avaliadas. (VIEIRA in: CEARÁ, 2005). Nesse período, o SPAECE universalizou a participação de escolas estaduais e municipais que possuíam mais de 25 alunos, nas turmas das séries avaliadas.

Em 2004, as avaliações foram aplicadas no período de 22 de novembro a 03 de dezembro. Os alunos da 4ª série responderam a 40 itens; 20 de Língua Portuguesa e 20 de Matemática, e os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio responderam a 52 itens, 26 para cada disciplina avaliada. Percebe-se, assim, que em 2004, o SPAECE passou a ser um sistema abrangente no tocante ao fato de contemplar todos os municípios, bem como de avaliar tanto o Ensino Fundamental, quanto o Médio. Esse ano também é um importante marco na história do SPAECE pelo fato de inserir nesse processo avaliativo a existência de vários relatórios e boletins escolares que surgiram da

perspectiva de possibilitar um trabalho pedagógico consistente nas escolas com os dados das avaliações realizadas.

Em 2005, com a reformulação do SAEB pela inserção da Prova Brasil, a política de avaliação educacional foi reestruturada permitindo, segundo Vidal & Vieira (2011), a implantação de forma definitiva de uma política de *accountability* caracterizada por uma ação compartilhada pelos três entes federados (União, Estados e Municípios).

O termo *accountability* educacional é proveniente da língua inglesa e vem sendo traduzido como prestação de contas e responsabilização. Neste caso, a prestação de contas se refere ao processo pelo qual os sujeitos informam e/ou exigem informações acerca do uso dos recursos – financeiros, humanos, materiais, etc. – para a obtenção de um determinado objetivo. (VIDAL & VIEIRA, 2011 P. 425).

O Estado do Ceará tem seguido rigorosamente a perspectiva de rendição de contas à sociedade no tocante ao desempenho dos alunos na Educação Básica, assim como faz o SAEB seguindo uma tendência mundial. Essa é uma ideia que vem ficando cada vez mais forte e presente na maneira de pensar as avaliações externas e a sua presença, influência no contexto escolar e que tem seu nascedouro nas discussões sobre a qualidade da educação ofertada às crianças e jovens na década de 1990, já mencionadas nesse texto.

Seguindo essa perspectiva, no ano de 2006, no período de 27 de novembro a 1º de dezembro, o SPAECE realizou mais um ciclo de avaliação que foi universal para as escolas municipais e estaduais com mais de 20 alunos nas séries avaliadas. A configuração da quantidade de itens foi a mesma de 2004 e também participaram do processo diretores e professores que responderam questionários específicos para a sua função.

É importante dizer que tanto em 2004, quanto em 2006, o parâmetro do SPAECE, no que se refere à escala de desempenho, foi a escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Assim, o desempenho dos alunos no SPAECE foi colocado na escala do SAEB de modo que fosse possível comparar os resultados do estado aos das avaliações em âmbito nacional. Essa informação encontra-se em vários relatórios da SEDUC sobre o SPAECE. Isso configura no fato que temos buscado salientar de que o SPAECE tem sua história, configuração e consolidação ao longo do tempo, bastante ligada ao processo de evolução do SAEB.

No ano de 2008, o SPAECE passou a ser realizado anualmente e no período de 2008 a 2011, esse sistema tem se fortalecido e se feito fortemente presente no contexto do planejamento escolar, planejamento docente e em todas as ações e programas implantados pela SEDUC que têm um objetivo comum: elevar os indicadores do SPAECE considerando-os como reflexo da melhoria da aprendizagem dos alunos e da qualidade do sistema de ensino.

É importante também dizer que de 2008 até o último ciclo do SPAECE, realizado em 2012, a SEDUC firmou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED pertencente à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Essa instituição, durante esse período, tem sido a responsável pela elaboração das provas, pela aplicação, pela divulgação dos resultados e pela construção de boletins pedagógicos que são encaminhados às escolas para posterior trabalho escolar a partir dos resultados.

Ao longo dessas duas últimas décadas, após a institucionalização do SPAECE como política pública de avaliação educacional no Ceará, muitas formações de professores foram pensadas, realizadas, bem como de gestores, inclusive em nível de pós-graduação lato-sensu, a exemplo da parceria firmada entre o Governo do Estado Ceará e a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF que deu origem à Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Pública ocorrida entre os anos de 2009 e 2011, para todos os gestores selecionados pelo último concurso para gestores das escolas públicas estaduais ocorrido no ano de 2008.

Todo esse contexto de formação tem o intuito de que nas escolas se estabeleça uma gestão para resultados, tendo como pano de fundo os resultados das avaliações externas em larga escala (SPAECE).

Muitos investimentos em estrutura física das escolas, em infraestrutura, na realização de concursos públicos têm partido dos resultados das provas do SPAECE, bem como dos relatórios dos questionários contextuais que são respondidos pelos alunos, professores e gestores.

Trata-se de uma política que se consolidou ao longo do tempo e que utiliza seus indicadores para avaliar as instituições escolares, a gestão escolar, bem como a prática pedagógica dos professores em Escolas Estaduais de Ensino Médio, bem como as escolas municipais que, na grande maioria, hoje, no Estado do Ceará atendem apenas aos alunos do Ensino Fundamental por conta do processo de municipalização respaldado na LDB 9.394/96, que foi realizado nos primeiros anos da década de 2000.

No debate atual sobre o direito à educação, é consenso que, além do acesso, deve ser garantida também a qualidade, tendo como objetivo a promoção da permanência e da aprendizagem dos alunos.

As informações produzidas pelo SPAECE permitem identificar o nível de proficiência dos alunos e a evolução do seu desempenho ao longo do tempo. Além dos testes, são aplicados questionários contextuais que oferecem dados socioeconômicos sobre hábitos de estudo dos alunos e sobre o perfil e a prática de professores e diretores. O conjunto de informações coletadas pelo SPAECE permite traçar um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, detectar pontos fracos e fortes do processo de ensino e identificar características dos professores e gestores das escolas estaduais. Dado que se trata de uma avaliação longitudinal, possibilita, ainda, acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo.

O SPAECE, portanto, tem três focos: a Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa (aplicada ao 2º ano do ensino fundamental); a Avaliação do Ensino Fundamental (nos 5º e 9º anos); e a Avaliação do Ensino Médio (nas 1ª, 2ª e 3ª séries).

A Avaliação da Alfabetização (SPAECE-Alfa), implementada a partir de 2007, consiste numa avaliação anual, externa e censitária, que visa à identificação e à análise do nível de reformulação do Saeb³, com a aplicação da Prova Brasil, veio constituir uma base instrumental de dados que possibilitam a elaboração de diagnósticos precisos e detalhados sobre problemas relativos ao desempenho dos estudantes e sobre as políticas educacionais. Como grande fator para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa está a discriminação dos resultados por escola de forma desagregada do sistema de ensino.

Outra consequência dos resultados é a criação de programas, projetos, benefícios, incentivos simbólicos ou monetários que criados pelo Ministério da Educação e Cultura vêm elegendo prioridades de atendimento a partir dos resultados de desempenho alcançados pelas escolas e redes de ensino.

Uma vez considerada a qualidade da educação como um consenso, passa-se então a discussão e a investigação sobre a mensuração desta qualidade e

³ Sistema de Avaliação da Educação Básica criado em 1990 que integra, atualmente, um conjunto de subsistemas que oferece informações precisas sobre a qualidade de educação por escolas brasileiras.

os fatores determinantes, intervenientes ou necessários para que os sistemas educacionais, em especial as escolas, funcionem com qualidade. Sob esse olhar, o SPAECE, aplicado desde 1992, tem por objetivo fornecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares a compreensão do quadro em que se encontra a Educação Básica na rede pública de ensino do Ceará. Dessa forma, devem surgir reflexões e ações intervenientes, visando avanços nos indicadores educacionais, que buscam, a partir da coleta de informações, propor medidas institucionais que venham gerar mudanças.

O SPAECE tem sido a máxima do debate educacional no Estado do Ceará, sobretudo, nos últimos cinco anos, conforme é possível perceber através das informações veiculadas na mídia, bem como as orientações constantes que chegam às CREDES e escolas no sentido de priorizar o SPAECE, sua matriz de referência, no trabalho pedagógico em sala de aula, dentre outras iniciativas como a criação da Superintendência Escolar⁴ que visa auxiliar a gestão escolar para que trabalhe baseada em metas e melhore os indicadores nessas avaliações externas em larga escala. (SEDUC-CE - SIGE-ESCOLA, 2009 a 2013); outro indicativo disso foi a criação do Prêmio Aprender pra Valer, como forma de incentivo às escolas e estudantes para melhorar os indicadores do SPAECE. O prêmio foi instituído pela Lei 14.484, sancionada pelo Governador do Estado do Ceará Cid Gomes em 08 de outubro de 2009.

Observando o texto dessa Lei, fica clara a forte presença e influência das avaliações externas em Larga Escala (SPAECE) no contexto educacional cearense, com contornos que impactam a gestão escolar e a atuação dos professores.

No ciclo avaliativo de 2012, o SPAECE passou por outra modificação em seu processo, a prova aplicada aos alunos da 3ª série do Ensino Médio teve como parâmetro a matriz de referência do ENEM. O que demonstra que a SEDUC-CE busca, mais uma vez, articular-se com as ações da esfera governamental federal

⁴ A Superintendência Escolar foi implantada no ano de 2007 pela Secretaria da Educação Básica do Ceará e consiste em um processo de acompanhamento e apoio à gestão das unidades escolares que atua em três eixos considerados fundamentais pela SEDUC: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão. (SEDUC-CE, 2009).

no que concerne à avaliação educacional (SEDUC-CE, 2012). No referido ano, a prova do SPAECE continuou a abranger a totalidade de alunos matriculados no Ensino Médio, mas, para a 3ª série, contemplou as quatro áreas curriculares: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e Suas Tecnologias, sendo acrescida ainda de uma redação, conforme os moldes da prova do ENEM.

Recentemente, a SEDUC-CE, em Reunião com os Coordenadores das CREDES divulgou que no ano de 2013, tanto para a 2ª, quanto para a 3ª série do Ensino Médio, não haverá aplicação da prova do SPAECE, esta será substituída pela prova do ENEM. Houve ampla mobilização para que todos os alunos dessas séries providenciassem CPF e RG que foram devidamente informados no Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, bem como houve intenso processo de mobilização para que 100% desses alunos fossem inscritos no ENEM. Para a primeira série do Ensino Médio, continuará a haver prova do SPAECE, mas esta terá os moldes do ENEM. (SEDUC-CE, 2013; SIGE-ESCOLA, 2013)⁵.

A matrícula da 2ª série do Ensino Médio no Ceará, em 2013 totaliza 114.736 alunos dos quais foram inscritos 91.989 correspondentes a 80% da matrícula; e a matrícula do 3ª série, há 98.469 e foram inscritos 91.578 que correspondem a 93% do total de alunos matriculados nessa série. (SIGE-ESCOLA, maio de 2013).

Percebemos que o SPAECE está vivenciado uma nova fase em sua constituição histórica ao integrar seus processos à metodologia e à matriz de referência do ENEM, anunciando a preocupação do governo estadual com a inserção dos alunos da escola pública no Ensino Superior, assim, além de desenvolver habilidades elementares constitutivas do currículo do Ensino Médio, os alunos deverão vivenciar um processo educativo capaz de capacitá-los para uma compreensão dos conteúdos de forma interdisciplinar conforme a proposta dos itens que constituem a prova do ENEM. Essa história continua seu processo de evolução e transformação que merece constantes estudos e registros.

Considerações finais

Observando o processo de construção do sistema permanente de avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, é perceptível a sua ligação direta com as ações da esfera do Governo Federal, sobretudo, quando se observa que,

⁵ Fonte: SEDUC-CE - SIGE-ESCOLA, maio de 2013.

no Estado do Ceará, a institucionalização do sistema de avaliação da educação básica esteve articulada e mesmo orientada pelos ciclos de avaliação do SAEB.

Compreendemos que essa relação pode ser entendida considerando-se pelo menos dois fatores: primeiro, o contexto mundial vivenciado na década de 1990, quando presenciamos o surgimento e difusão do debate sobre a qualidade da educação ofertada às crianças e jovens, do qual emergiu a discussão sobre a avaliação educacional como uma necessidade na construção da qualidade educacional. Assim, os governos assumiram compromissos que geraram obrigações e impulsionaram ações no sentido de criar sistemas avaliativos, deste modo, o que se deu em âmbito federal, terminou por ser replicado como carga da responsabilidade para governos estaduais. O segundo fator está relacionado ao fato de que para se criar um sistema de avaliação em larga escala é necessário experiência nessa área, haja vista que se exigem cuidados técnicos que possam garantir a credibilidade do processo e do produto.

Também é importante destacar que a constituição do Sistema Permanente de Avaliação Básica no Ceará deu-se através de muitas parcerias seladas entre a Secretaria de Educação do Estado e várias instituições que contribuíram com sua experiência, bem como suas tecnologias, a exemplo da Universidade Federal do Ceará e a Fundação Carlos Chagas e, nos últimos anos, a Universidade Federal de Juiz de Fora.

A perspectiva de *accountability* tem sido uma marca presente na constituição do SPAECE, bem como no SAEB, e os resultados das avaliações têm sido ponto de partida para a tomada de decisão em relação às políticas públicas em educação – valendo dizer que tomar decisões é o motivo pelo qual avaliações educacionais devem ser realizadas.

As modificações mais recentes e ainda em processamento, representadas pela associação do SPAECE ao ENEM, no que concerne à aproximação de matrizes e mesmo a substituição de uma avaliação pela outra, conforme está previsto para a 2ª e a 3ª série do Ensino Médio para o ano de 2013, enfatizam a constante busca da SEDUC, através do governo estadual, em trilhar os caminhos percorridos pelo Governo Federal no que concerne à avaliação educacional como premissa para a construção da qualidade da educação ofertada às crianças e jovens, configurada na qualidade das aprendizagens que eles constroem por meio da educação escolar.

É importante ainda ressaltar que a presença do ENEM no cenário da história do SPAECE é um forte indicador das preocupações do Governo Estadual

com a inserção dos jovens no Ensino Superior, o que lança novos desafios à gestão do trabalho pedagógico das escolas.

Buscar suporte no formato de avaliação em larga escala realizado pelo Governo Federal, bem como firmar parcerias com outras instituições detentoras de experiência e tecnologias necessárias à constituição de um sistema permanente de avaliação, certamente, são dois fatores que deram ao Ceará destaque no cenário nacional no tocante ao processo de avaliação da educação, bem como fomentaram a tomada de muitas decisões a partir dos ciclos dessas avaliações que se voltaram para a formação de professores, gestores, melhoria da infraestrutura das escolas e implantação de outras políticas educacionais que vêm sendo planejadas e postas em prática ao longo desses mais de 20 anos de SPAECE no Ceará.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. In: SPÉDILE, João Pedro. (Org.). *A Questão Agrária na Década de 90*. 4 ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.
- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.250-257.
- SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese (Coord.). *Projeto Político Pedagógico: programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Famílias*. Brasília: Ministério da Educação, 2010. (Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra).
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: _____ et al. *Dicionário da Educação do campo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.
- CARVALHO, Horácio Martins; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 26-32.
- _____. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 113-120.
- SCALABRIN, Rosemeri; CORDEIRO, Georgina N. K. Formação de Professores: alternância como elemento integrador. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23.,

2007. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/396.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FRABRINI, João Edimilson (Org.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

Recebido em: 10/08/2016

Aprovado em: 20/10/2016